

Humanos direitos e matizes globais: Dimensões entre a barbárie da Vida e a Vida barbarizada

Antonio Carlos da Silva*

Resumo: Como estabelecer estratégias em longo e médio prazo se as necessidades políticas são imediatas e, inequivocamente, únicas neste momento histórico? Reinventar o Estado ou compreender as disparidades e pluralidade dos sujeitos históricos no discernimento político? Em contexto global onde as dimensões humanas têm sido colocadas em pauta de emergência, pela sustentabilidade, convívio e paradoxos criados, especialmente nos últimos setenta anos, o objetivo é – à luz da Teoria do Valor e uma revisitação à crítica da Economia Política – descrever a mais grave de todas as violações da Contemporaneidade: a precarização da vida, seja em âmbito público e/ou privado. Com base em abordagem teórica, a escolha metodológica é a descritiva-histórica com base em epistemologias contemporâneas, descrevendo as duas vertentes atuantes na conjuntura atual, tomando o papel do Estado como instrumental nessa promoção de direitos humanos e redução da pobreza.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Política Internacional, Teoria Crítica.

Human rights and global lines: Dimensions between barbarism of life and barbarized life

Abstract: How to establish strategies in the long and medium term if the political needs are immediate and unequivocally unique at this historical moment? Reinvent the state or understand the disparities and plurality of historical subjects in political discernment? In a global context where human dimensions have been placed on the agenda for sustainability, conviviality and paradoxes created, especially in the last seventy years, the objective is – according to Theory of Value and a contribution to the critique of Political Economy - describe the most serious of all violations of Contemporaneity: the precariousness of life, in the public and/or private sphere. Based on a theoretical approach, the methodological choice is descriptive-historical based on contemporary epistemologies, describing the two strands acting in the current conjuncture, taking the role of the State as instrumental in promoting human rights and reducing poverty.

Keywords: Human Rights, International Politics, Critical Theory.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de León (Espanha), com pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). Docente investigador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e coordenador do Núcleo de Estudos sobre Direitos Humanos (NEDH/UCSAL). Email: carlos.zamora@uol.com.br

La Declaración proclama, la realidad traiciona. "Nadie podrá suprimir ninguno de estos derechos", asegura el artículo 30, pero hay alguien que bien podría comentar: "¿No ve que puedo?" Alguien, o sea: el sistema universal de poder, siempre acompañado por el miedo que difunde y la resignación que impone.

Eduardo Galeano. Ni derechos, ni humanos. 2012.

Em tempos sombrios, a desigualdade como maior violação de Direitos Humanos

O século XXI mal completou o seu primeiro quinquênio e um dos seus temas-chave, os Direitos Humanos, continua a despertar intensos debates e agendas em prol do desenvolvimento, compreensão e consolidar da justiça social. Discursos internacionais, ratificação por parte de inúmeros países, avanços em termos de ciência e tecnologia configuraram uma matemática positiva proativa.

A difusão e a promoção de/para os Direitos Humanos impuseram uma linha tênue sobre a ética, a crise e a determinação de um presente com olhos no futuro em constante embate com o passado. Um contínuo revisitar histórico em que o *escovar a história a contrapelo* é o preâmbulo dialético para apreender um problema específico da Modernidade¹: o fetiche da mercadoria. Neste contexto, a abordagem sobre capital humano e pobreza, bem como promoção de direitos humanos, não parecem sempre uníssono recapturar de pretérito ainda presente?

Em janeiro de 2016, consoante agenda já estabelecida, temos a realização do Fórum Econômico Mundial (Davos/Suíça) e o Fórum Social Mundial (Porto Alegre/Brasil), representando dois polos do mesmo campo histórico. Eventos e reflexões tão separadas pelo próprio caminho do capital e da mercantilização da vida e da experiência humana. Já não atingimos o

¹ Aqui como o exposto por Robert Kurz (2015) para elucidar o papel histórico do sistema de produção e consumo baseado na constante transformação de trabalho abstrato em mais dinheiro. Da mercantilização de todos os aspectos da vida e, por conseguinte, da representação fetichista da sociedade em sua forma mercadoria nos últimos 250 anos.

“ponto de mutação” e a compreensão necessária para realizar outro devir histórico que não tenha na lógica do capital a sustentação de nosso conhecimento?

Tudo isso vem coadunar com uma “espécie” de uma consciência universal acerca das desigualdades (consideradas aqui como uma das mais graves violações dos Direitos Humanos), da pobreza, da sustentabilidade e de uma crise substancial sem precedentes – incluindo impactos ambientais e humanos – e com forte tendência para planos, ações e projetos em prol da “erradicação” em esfera de política global e local (embora, sobretudo, em nível retórico).

Neste sentido, existem duas abordagens teóricas que tendem a marginalizar ou a questionar o papel do Estado nessa promoção de direitos humanos e redução da pobreza. *A primeira é a do antiestatismo, inerente às agendas neoliberal, gerencialista e comunitária, cada uma das quais está, a seu modo, influenciando abordagens de redução da pobreza* (Braathen & Dean, 2003). Já a segunda vertente conjuga uma reflexão crítica antiglobalização, caracterizando-se por uma complexa aliança entre diferentes facções que desafiam a ascendência global do capitalismo, da democracia liberal, da cultura ocidental e das teorias liberais do bem-estar (Amin, 1997).

Como uma breve historiografia da contemporaneidade, autores marxistas (citados acima) foram os mais acirrados para o desenvolvimento de uma crítica sobre esse atual estágio, ainda incipiente, pois não buscavam a ruptura com a interpretação histórica, mas a confirmação de preceitos epistemológicos marxianos com abordagem da crise estrutural sem atentar à forma mercadoria (fetiche e alienação) (Cavalcanti & Silva, 2016). Isto significa que a teoria crítica enfatiza a mutação ocorrida entre a relação do sujeito com o seu trabalho (valor de uso), a possibilidade de “comercializar” o seu trabalho (valor de troca) e, por conseguinte, transferir poder ao objeto em si; *a relação do trabalhador com sua própria atividade como uma atividade alheia que não lhe oferece satisfação em si e por si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa* (Mészáros, 2006: 20).

Seguindo essa assertiva, apropriamo-nos não só do conceito, mas das questões centrais do verbete elaborado por Eric J. Hobsbawm (1968: 398). A pobreza, para ser observada, deverá ser entendida como processo que *sempre está de acordo com as convenções da sociedade onde ela está presente*. Todavia, isso não necessariamente converte ou indica a medição da mesma dentro de uma sociedade como um juízo de valor, muito menos em um exercício subjetivo. Isto porque, em consonância com a perspectiva ética, as Vidas estão em constante situação de precariedade e sob a égide do atual de sistema de reprodução, em que a relação tripartite e categorial *pobreza, precariedade e precário* se confundem (Butler, 2016), a fragilidade das instituições em lidar política, econômica e socialmente com essa situação somente agrava o risco em interpretar os direitos humanos como pretextos utilitaristas, típicos de uma sociedade marcada pela fetichização na forma mercadoria.

Sonho possível: uma agenda necessária não assegura o fim da pobreza

Há certo consenso na abordagem sobre o “fim da pobreza”, apesar da relação antagônica público/privado: trata-se de uma decisão política (reforma) e ética emancipatória). Tal relação é confirmada pelo papel paradoxal do Estado no atual estágio do sistema de reprodução social do capital, que de órgão regulamentador e mediador social, assume relevância como responsável pela simulação de uma Economia Política sem substância (leia-se Valor) e mantenedor de uma estabilidade efêmera das relações contratuais jurídicas desta mesma sociedade.

Destarte, a pobreza, para além da essência analítica categorial das Ciências Sociais e Humanas, pode ainda ser *concebida como o resultado da interação de agentes que respondem aos estímulos dessas estruturas que atuam em vários níveis de análise, incluindo o estatal, o mercado e o contexto internacional* (Cimadamore, 2003: 238).

Desde as ondas revolucionárias do século XIX, a miséria, as desigualdades e as (in)justiças sociais foram colocadas à tona como o fundamento de movimentos, pensamentos e práxis. Portanto, não só objeto de análises, mas sobremaneira, alvo de atenções e de urgências tanto para práxis quanto, ao não suplantarem as relações interdependentes entre o Estado e o Mercado, para *poíesis*.

A pobreza, entretanto, continua a ser alvo, sendo observada como estrutura social do Tempo Presente e exigindo uma compreensão ampla de como as relações de poder influenciam as relações de produção e, conseqüentemente, de que modo a pobreza pode ser definida como o resultado desse conjunto complexo de interações (Cimadamore et al., 2006). Tal maneira de pensar, embora teoricamente útil, *é criticada por aqueles que não admitem a existência de um Estado ou até de um Estado moderno ou Estado-nação* (Cimadamore, 2003: 241).

A preocupação é tão grande que, apesar de contraditórios e opostos, alguns críticos defendem firmemente a ideia de formas e de atuação dos Estados, seja baseado em matizes pluralista, predatório, do bem-estar ou vigilante (Caporaso, 1996).

Em contexto de dominações e violações dos Direitos Humanos, o Estado se responsabiliza pelas estruturas sociais peculiares, mutáveis e provedoras do controle e justiça sociais. Entretanto, o Estado pode ser *considerado uma parte fundamental do problema, mas também tornar-se parte da solução, dependendo da dinâmica de mudança nas relações de poder entre coalizões sociais e interesses opostos* (Cimadamore, 2003: 240).

O fundamental neste debate é compreender que a uma revolução teórica não é finita, ou seja, está em constante mudança e, portanto, não atende ao sistema acadêmico esquematizado e tampouco ao método científico vigente. Em outras palavras, manter o processo de análise sob a égide do determinismo econômico para responder questões de cunho político é, sem sombra de dúvida, uma correspondente leitura positivista de mundo que não consegue abarcar o fenômeno da universalidade abstrata da forma mercadoria.

Em contextos diversos há muito mais do que supõe a vã filosofia fundada na querela de um mundo assistido pela organização política democrática e a lógica do mercado, buscando no fetiche, valor e mercadoria seus mais certos elementos e de "razão sangrenta" (Cavalcanti & Silva, 2015: 68).

O que se proclamava pelo economista Joseph Stiglitz (2006), sobre o apoio global ao esforço para *fazer da pobreza coisa do passado* sinalizou momento de provocações e reações, sem atentar para lógica do valor e da dissociação-valor (Scholz & Kurz, 2015).

À luz dos recentes e contínuos acontecimentos - usurpação da autonomia e legitimidade dos Estados Nacionais, em intermináveis e alienáveis conflitos étnicos pela emancipação política, destacando o Leste Europeu, América Latina e continente africano² - recorreremos à História, mais precisamente, aos anos efervescentes que motivaram os povos e iniciaram o processo, lento e contínuo, de erosão dos impérios e promoveram o acirrado debate entre o Socialismo (representado, neste particular, pela Social Democracia) e o Liberalismo - desde meados do século XIX ao conturbado e imponente século XX - para justificar a nossa assertiva sobre a leitura crítica não desvinculada da lógica positivista.

Stiglitz assevera (2006: 4), em período de abertura do milênio, que as promessas de um processo de globalização bem administrada, ampliando direitos e atingindo pessoas em diversos níveis e países, *o lado não apregoadado da globalização ao estilo americano é que ela está, estava e continua (grifos dos autores) deixando muitos em situação pior nos países industriais avançados*. A perda de direitos sociais, precarização do emprego, nuances de mercado de trabalho com flexibilidade e de aspecto temporário e

² Para Hobsbawm (2013), tais acontecimentos servem para corroborar com a tese de que os avanços tecnológicos aumentam o risco de conflitos armados e, considerando que apenas uma elite de seletos países possui condições econômicas e políticas (relações de poder) para desenvolvê-las e/ou financiá-las, a concepção de Estados Nacionais, da maneira como a conhecemos, está se desintegrando e aumentando o hiato entre as nações que compõem a Tríade (Estados Unidos, União Europeia, Japão e pacífico) e os excluídos confessos e inconscientes (Argentina, Colômbia, Brasil, Moçambique, Angola, Coreia do Norte, Afeganistão, Timor Leste, Kosovo etc.).

compulsório, indicadores instáveis sobre miséria, pobreza e fome em âmbito mundiais são alvo de investigações e de pautas governamentais e não-governamentais.

Todo esse processo acontece mesmo quando aumenta substancialmente o crescimento econômico, tendo em vista a globalização como elemento de *pressão para a redução salarial*, com destaque às esferas de trabalhadores não especializados. *A dinâmica por trás disso pode ser facilmente percebida supondo-se uma informação perfeita em mercados globais* (Idem).

O movimento tautológico do capital, transformar o dinheiro de um meio de circulação em um fim em si mesmo, não pode ser ignorado. Em realidade, tal fato pode ser ressignificado na alusão elaborada por Cavalcanti & Silva (2015: 71):

O progresso técnico somente serve aos interesses de manutenção do processo de competição (leia-se acumulação e reprodução do capital) que podia ser assessorado pelos Estados Nacionais nesta lógica da economia empresarial quando os custos eram externalizados em contraposição ao processo de diminuição do trabalho abstrato inserido na produção.

Um retorno ao século XIX: germinal revolucionário

Ao emergir, "por volta de 1850, o socialismo era um movimento que completaria a revolução iniciada pela burguesia, arrebatando-lhe o poder social exatamente como ela conquistara o poder político" (Przeworski, 1989: 19).

As revoluções de 1848, compreendidas como parte do processo transformador e iniciado com a Revolução Inglesa (1640) e a Revolução Francesa (1789), trouxeram para além do germinar de movimentos sociais, bases políticas e econômicas relevantes à contemporaneidade. Marcaram e deixaram claro para a burguesia que na conquista e estabilização do poder,

os novos defensores da ordem social precisariam apreender na Política (República Democrática) os interesses imediatos e confessos do "povo"³.

Nomeadas de "Primavera dos Povos", pois como a primavera não durou, surgiram e pereceram como uma grande onda, deixando apenas a promessa de uma nova Ordem Social. Foi a primeira grande insurreição potencialmente global, envolvendo toda a Europa e exercendo influências marcantes na América Latina (em especial Brasil e Colômbia). Os levantes mais duradouros e consistentes ocorreram em Paris e, como em outros países, o velho regime retornou ao poder, em 1848 com apoio popular, nas mãos ditatoriais de Luís Bonaparte.

As revoluções de 1848, portanto, requerem um detalhado estudo por estado, povo, região (...) elas tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também por que seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar. (...) Era a primavera dos povos – e, como a primavera, não durou" (Hobsbawm, 2012: 33).

Para a burguesia assumir o domínio político houve combate às instituições aristocráticas vigentes e criação de novos instrumentais de organização e solidificação do individualismo - base da acumulação de capital e inalienação da propriedade privada concorrencial. O próprio Karl Marx (2011) destacava que, ao analisar os resultados de 1848, o proletariado estava impossibilitado de levar adiante uma verdadeira confrontação com a "nova ordem" e, não obstante, ao invés do aparente e efêmero crédito, seu antagonismo com a burguesia tornara-se mais agudo.

O manifesto era convincente para uma estratégia de educação e consciência política imprescindíveis numa revolução que tenha por objetivo

³ Utilizamos a palavra "povo" para enfatizar que, em conformidade com Hobsbawm (2001: 72), não importa a procedência ideológica dos governos, na era do capital existente. O "povo" é a referência-chave. Isto ao considerar que, *se o governo tem algum objetivo, só pode ser o de cuidar do bem-estar de todos e falar em nome dele. (...) todo governo é governo do povo e para o povo, embora não possa, em sentido operacional do termo, ser exercido pelo povo.*

capital mudar a ordem vigente. O tema recorrente do movimento socialista desde então tem sido essa noção de estender o princípio democrático da esfera política para a social - que é, na essência, principalmente econômica. Portanto, fica a dúvida: fazer ou não uso das instituições políticas - burocracia, exército permanente e o Parlamento popularmente eleito (via de acesso para "estender" o processo de luta, ou seja, conquistar o Poder Político) - já existentes e, por conseguinte, adotar o voto como emancipação política para social?

A abordagem promove uma necessária digressão. Entre 1864 e 1943, as Internacionais foram decisivas para determinação de objetivos estratégicos dos trabalhadores. Compreendida como a Associação Internacional, a Federação foi responsável organizacional da classe trabalhadora - educação e consciência política - na difícil missão de suprimir o Estado burguês e conquistar o Poder.

Na Primeira Internacional (1864/1876), Karl Marx conseguiu estabelecer reivindicações de caráter cada vez mais socialista e firmar compromisso a favor da propriedade pública e do direito de voto da classe operária. Assim, ficou caracterizado - ver a justificção histórica no trabalho "A Guerra Civil na França" - que a concretização do manifesto pela emancipação da classe passa necessariamente pela adoção de formas efetivas de ação política. Neste caso, enunciavam Marx e Engels, incorporadas pela constituição da classe operária num partido político.

Salienta-se que somente em 1872, no Congresso de Haia, a Associação Internacional dos Trabalhadores aprovou e confirmou em artigo estatutário, elaborado por Marx, que *a conquista do poder político se torna o grande dever do proletariado* (Cole, 1974).

Tal situação remete ao âmago reforma/revolução, pois

Se os socialistas usassem a instituição do voto - estabelecida pela burguesia em sua luta contra o absolutismo - para vencer as eleições e criar na sociedade leis que conduzissem ao socialismo, não iria a burguesia reverter aos meios ilegais para defender e garantir seus interesses?" (Przeworski, 1989: 21).

Nossa história contemporânea atesta essa asserção, consoante o conde Cavour de Piedmont, um dos principais arquitetos da "Itália única e unida" sonhada por Nicolau Maquiavel,

Se a ordem social chegar a ser ameaçada, se os grandes princípios sobre os quais ela repousa vierem a estar diante de um sério risco, então muito dos mais decididos opositoristas, os mais entusiásticos republicanos, serão, temos certeza, os primeiros a aliarem-se aos flancos do partido conservador" (Hobsbawm, 2012: 29).

A revolução seria, talvez seja, necessária como medida meramente defensiva - uma salvaguarda para a manutenção e legitimidade conquistada pelo voto, mas não o conturbado fim da história prescrito, pois, corroborando com as teses sobre a história de Walter Benjamin, o futuro não deve orientar-se como uma volta ao passado, mas de enriquecer a cultura revolucionária. Não haveria possibilidade de substituir a teoria marxiana pelo socialismo utópico: *não tem sentido se não for também o herdeiro e executante testamentário de vários séculos de lutas e de sonhos de emancipação* (Lowy, 2005: 57).

Em consonância com o asseverado por Marx sobre a Comuna de Paris (1870), a classe operária não tinha estratégias reais para concretizar a ideia inicial de liberdade tampouco de igualdade (falaciosa e efêmera). Vale um adendo indicando que até o período contemporâneo, incluindo o "Novo Brasil", isso também ainda não é válido se o objeto da crítica não incorporar uma perspectiva de superação (no sentido hegeliano⁴) do atual sistema de produção e consumo. Contudo, as eleições também são úteis porque permitem às lideranças - sindicatos, instituições de classe e partidos - uma avaliação do fervor revolucionário das massas.

⁴ O fundamento para compreender a Tese IX de Walter Benjamin sobre os "conceitos da história". Pois, o *Angelus Novus* representa a relatividade do tempo e do espaço nas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. A possibilidade de criar o novo a partir dos escombros de uma sociedade anterior, sempre em atenção ao papel da teoria para, não apenas compreender os matizes históricos, mas transformar a sociedade como um todo (Lowy, 2005).

O pleito eleitoral tornou-se o indicador da maturidade da classe operária, como argumentava Engels, com um necessário adendo, sob os auspícios da universalidade abstrata da forma mercadoria que caracteriza a representação simbólica da prática social na forma dinheiro.

A linha de argumentação seguida não se trata de um revisionismo para sustentar a emancipação social. Não está mais atrelada a missão civilizadora do capital, em favor da luta de classes e a vitória (de Pirro?) do movimento operário. Mas, em fomentar uma crítica categorial em favor da eliminação do processo de alienação e fetichismo da mercadoria (Cavalcanti & Silva, 2015: 75-76).

Somente com a Segunda Internacional (1889-1914) pode-se considerar, apesar da manutenção proeminente do movimento dos trabalhadores, uma base política real formada pelas massas. Essa situação se deve, em grande parte, pelo domínio exercido pela Social Democracia Alemã (SPD) no Congresso de Paris, em julho de 1889, e aos partidos a ela filiados (Cole, 1974)⁵. Entretanto, fundamentada no positivismo e alienada da Teoria da crise crítica do valor ou dissociação valor.

Na eminência da guerra, um debate acirrado sobre social democracia

Um breve retrospecto para ilustrar essa propensa emancipação serve aos nossos propósitos imediatos: nas eleições do Reichstag (1874), os socialdemocratas obtiveram 350.670 votos. Em 1890, esse número aumenta para 1.400.000 e, em 1912, 4.200 milhões. Com relação aos filiados, houve um acréscimo de aproximadamente 163% entre 1895 a 1900, de 129.000 para 680.000, alcançando a marca surpreendente de um milhão de partidários no ano de 1912.

⁵ Para detalhes do processo ocorrido dentro das reuniões e convenções que compunham a II Internacional, verificar o capítulo específico (Cole, 1974). Em toda a Europa Ocidental, o marxismo havia tomado a forma de socialdemocracia, organizando-se em partidos nacionais. Apresentava-se a luta de uns para fortalecer sua força parlamentar através de métodos constitucionais e outros em favor do voto para todos os homens, para poder em seguida seguir os passos do primeiro grupo.

A Primeira Guerra Mundial eclodiu e os princípios básicos da Internacional foram desrespeitados: a intervenção e término rápido da deflagração (Braunthal, 1961). Tal posição foi reafirmada nos Congressos que anteciparam a guerra, destaque para o da Basiléia em 1912, que discorria sobre a utilização da crise político-econômica desencadeada para organizar e insuflar as massas em favor da derrocada do sistema e, por suposto, assumir o domínio da classe capitalista.

A configuração dada ao processo foi menos a de um congresso e mais uma manifestação contra a guerra. Entretanto, os partidos socialistas envolvidos

(...) tanto dentro como fora dos parlamentos, fizeram o máximo que puderam em protestos; mas a verdade é que não tinham forças para evitar o desastre (...) Em países ocidentais não tinham nem força nem vontade para evitar a guerra pelo único meio que podia evitá-la: a revolução; e inclusive na Rússia a revolução veio não para evitar a guerra mas como consequência dela" (Cole, 1974: 78).

Entretanto, diria Isaac Deutscher (1972: 102), *tais palavras haviam sido apenas um fino verniz cobrindo um nacionalismo profundamente enraizado*. A proposta de internacionalização foi suplantada pelo zelo emotivo e organizado dos principais partidos da Segunda Internacional - não incluídos os partidos russos, sérvios e húngaros; fiéis aos princípios da Internacional - que forneceram o estopim necessário para seus governos e renunciaram todo um período de expansão capitalista (tardio e vinculado ao sistema de reprodução vigente ainda em sua forma pré-capitalista) e de integração nacional do movimento operário.

Não podemos deixar de mencionar que algumas tentativas de reviver o compromisso assumido na II Internacional foram proferidas por partidos de países neutros. No entanto, sem sucesso. Comprovada, com base no ano de 1921, a força e influência dos partidos socialdemocratas tornaram-se decisivas para a caracterizada postura reformista dos movimentos de esquerda no século XX.

Como o reformismo começou a imperar em detrimento de ideais revolucionários? O fato sustenta-se no processo histórico. A partir do final do século XIX, principalmente na região central europeia, os partidos socialdemocratas viveram um dilema: concentrar a luta pela emancipação da classe trabalhadora conforme ditames de instituições políticas vigentes (medida mais aprazível a curto prazo, considerando que as conquistas seriam decorrentes de batalhas travadas no Parlamento) ou confronto direto com a ordem vigente e busca de emancipação humana (como definia o jovem Karl Marx em seus primeiros manuscritos – com destaque para "A Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel").

A tarefa da história, desta forma, depois que o mundo da verdade se apagou, é constituir a verdade deste mundo. A imediata tarefa da filosofia, que está ao serviço da História, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se, deste modo, em crítica da Terra, a crítica da religião em crítica do Direito, e a crítica da teologia em crítica da política. Para com esse propósito alcançar a emancipação humana" (Marx, 2013).

A Social democracia como aporia revolucionária

Apesar da análise crítica em relação à atuação política das massas, destacando Kautsky, Hilferding, Luxemburgo⁶ e Bernstein – todos representantes e ideólogos da II Internacional - essencialmente no tocante ao uso de violência nas lutas operárias e o direito manifesto às greves; foi a proposta apresentada por Otto Bauer no Congresso de Larinz (1926), limitando a participação de "milícias de trabalhadores", portanto, leia-se direito à greve e insurreição armada apenas em última instância. Expressando as bases socialistas do período, o desejo de perpetuar a essência das revoluções de 1848 ficou latente ou quase esquecido. Para reforçar essa premissa, apesar da perspectiva revolucionária marxiana e formação do

⁶ Excluindo contributo de Luxemburgo, a reflexão teórica não conseguia fomentar o desenvolvimento ulterior das bases críticas da Economia Política marxiana. Ampliar debate com Kurz (2014).

Estado proletário, Engels incentivava e até, segundo fatos históricos comprovados na avaliação de sua correspondência com Kautsky e Bebel (1890), estimulava os esforços estratégicos dos partidos socialdemocratas em conquistar, ampliar e manter representação eleitoral. Entrementes, um fato merece destaque: a radical divisão do partido em facções intrínsecas a sua "estrutura corporativa": os membros e adeptos de um lado; e os líderes e funcionários do outro.

Um aburguesamento progressivo dos gestores e estrategistas do partido (Michels, 1965), ou seja, uma opção cada vez mais solidificada de Reformismo. Persiste a ironia schumpeteriana ao mencionar os ideais revolucionários, aqueles que poderiam *impulsionar a História, mas não fornecem alimento nem abrigo (...) nenhum partido pode viver sem um programa que ofereça a promessa de benefícios imediatos* (Schumpeter, 1984: 27).

A organização e funcionalidade das instituições comandadas pelo Estado, democrata ou aristocrata (considerando o ideal de República e a caracterização corrompida/negativa da Democracia em Platão), inviabilizam qualquer tipo de insurreição armada, conforme assevera Marx (2011), reduzindo-as apenas a desoladoras lutas étnicas. Arrefecem os questionamentos com relação à participação parlamentar contínua ser o único recurso disponível aos trabalhadores para emancipação política e extensão social. Somente com a representatividade política, fundamentam os teóricos da social democracia, os trabalhadores podem defender-se das sucessivas derrotas e inevitáveis repressões. Já em 1891, Kautsky (1971) admitia *que a luta econômica requer direitos políticos, e estes não caem do céu.*

As conquistas obtidas com o sufrágio universal, contudo, são superficiais e frívolas se as massas não forem organizadas e auto-reconhecidas como classes de trabalhadores com interesses e necessidades inerentes às relações sociais de produção, circulação, distribuição e, inequivocamente, às leis que as regem – o recrudescer da universalidade abstrata da forma mercadoria.

A participação eleitoral, retomando Adam Przeworski (1989: 26), apresenta um dilema cáustico quando afirma que *se faz necessária se o*

movimento pelo socialismo pretende obter apoio junto aos trabalhadores; contudo, essa mesma participação parece obstruir a consecução de seus objetivos finais.

Citando Luxemburgo (Waters, 1970: 202), como referência justamente à essência do conflito vivenciado nesse momento histórico, pode-se assinalar que *a luta política é conduzida não pelas massas, por intermédio da ação direta, mas em conformidade com a estrutura do Estado burguês, no estilo representativo, pela pressão exercida sobre o corpo legislativo.* A aporia revolucionária intrínseca a agenda dos partidos socialdemocratas que, à luz da ação histórica, foram e são - considerando sua constante evolução em pleno século XXI, com relação aos interesses imediatos -, a principal forma de organização política da classe operária e, portanto, de sua alienação e dependência (leia-se fetichismo da mercadoria).

Neste contexto de recuperação modernizadora, nem Engels poderia assegurar que essas contínuas intensificações do ideário socialista seriam conduzidas pelos socialdemocratas, ainda mais se destacarmos a inquestionável sobrevivência do capitalismo frente às constantes variações cíclicas até a derradeira revolução microeletrônica dos anos 1990.

Sob a reorientação do Estado, leia-se regulamentação do mercado de capitais e controle fiscal, acreditam que o sistema de reprodução social renascerá das cinzas históricas do eterno presente com uma configuração mais humana, ou seja, a propagada "economia socialista de mercado". Novamente, uma ramificação do paradoxo da modernidade que alude à vitória indiscutível da Democracia Liberal e não atenta para a constatação da teoria crítica ao afirmar que o Mercado e o Estado são polos do mesmo campo histórico (Cavalcanti & Silva, 2011: 146).

Retomando, para tornar efetiva e promissora as intervenções parlamentares, os partidos socialdemocratas tiveram que abrir espaço para outras formas de representação não exclusiva aos operários. Com precisão, o perfil consolidado nas internacionais, a partir do século XX, apresentou uma diminuição de trabalhadores na composição partidária.

Para ilustrar a linha interpretativa sugerida nessa passagem, pode-se inferir que, no caso específico do Partido da Social Democracia Alemã (SPD), em 1912, 90% dos membros do partido eram trabalhadores; 60%, em 1930; e, em 1977, apenas 27%. Em realidade, a participação da classe trabalhadora foi diminuindo ao longo de meio século de maneira expressiva e contínua.

O poder do sufrágio torna-se ferramenta capital de articulação e conquistas de uso de instituições políticas existentes ao mesmo tempo em que fortalece o incongruente paradoxo: a participação ativa e nuclear de trabalhadores nas definições dos interesses imediatos frente à manutenção e fortalecimento partidário sob o jugo das instituições políticas existentes. Tal assertiva corrobora na análise que, ao abrir participação partidária para outros grupos sociais com objetivo de viabilizar maioria política, além da possível supressão da classe operária, os partidos afastavam-se da utopia revolucionária e promoviam implicitamente o recrudescer de inspirações reformistas em cenário democrata.

A classe organizada em partidos políticos, mas fragmentada em cooperativas, associações de bairro, clubes etc. não aparece como um agente único em conflitos históricos pelo poder e, se as instituições políticas servem a representação; "as massas" não agem diretamente em defesa de seus interesses ao permitirem a desmobilização e submeterem-se aos "interesses de seus dirigentes".

O problema da esquerda revolucionária não é que suas oportunidades jamais se apresentam, mas que as condições normais em que ela deve operar impedem-na de desenvolver movimentos tendentes a aproveitar os raros momentos em que é chamada a agir como revolucionária" (Hobsbawm, 1973: 14-5).

Serão, todavia, seguindo os pressupostos de Kautsky, Bernstein e Jaurès, a democracia representativa e a social democracia os veículos para o socialismo real? Como estabelecer estratégias - em longo e médio prazos - se as necessidades políticas são imediatas e únicas neste momento histórico? Reinventar o Estado, reavaliando os postulados de Platão, Hobbes, Maquiavel

e Rousseau ou compreender disparidades e pluralidades históricas no discernimento político? Isto sem olvidar de uma dimensão basilar, nas palavras de Luxemburgo, na qual as fronteiras dialéticas de Estados nacionais enfraquecem o auto reconhecimento das classes operárias, independente de matizes culturais e políticas.

A igualdade formal e a liberdade em que se baseiam a produção e troca de mercadorias já se rompem, caem na desigualdade e na ausência de liberdade, assim que a força de trabalho desponta no mercado como uma mercadoria (Hudis, 2013: 91) (Versão livre).

Uma discussão pretérita em pleno século XXI

A democracia é, respeitando o postulado de "Uma discussão célebre" (Bobbio, 2010), uma indiscutível oportunidade para movimentos totalitários. A confirmação de uma sociedade sem classes e a manutenção de instituições políticas vigentes - principalmente se destacarmos o universo latino-americano - pode ser bom exemplo de significativas ilusões democráticas em países que buscam a libertação nacional (leia-se, inserção no processo econômico global).

A última década do século XX e início do século XXI aludem que a vitória nas urnas da social democracia é inquestionável na maioria dos países que compõem a Tríade - Inglaterra, França, Alemanha - e os Estados Unidos (em especial a Gestão Clinton entre 1993 e 2001 e a administração Obama iniciada em 2009). Sem olvidar experiências modernizadoras, a constante preocupação em estabelecer uma estratégia de Estado para inserção competitiva no Mercado global, dos partidos social democratas em terras ibero-americanas (Portugal, Espanha, Brasil, Chile, Uruguai e Argentina). Mas, até o momento, o progresso eleitoral não garantiu uma conquista político social (estruturada na economia) que assegure a confirmação de ideias socialistas para evitar a cilada de um novo Programa de Gotha.

Ao revés, essa segunda década do século XXI, confirma as teses de Benjamin de que o não-reconhecimento das "esquerdas" sobre o atual campo histórico da modernidade - a superação do fetichismo e a compreensão do

valor como o sujeito automático da sociedade capitalista - levaria a uma nova onda de movimentos totalitários baseados na perspectiva a-histórica de "Ordem e Progresso", além de nacionalismos, para realizar o crescimento econômico (não necessariamente sustentável)⁷.

Tal acontecimento ocorre devido ao fato de que, de acordo com o comprovado nos últimos setenta anos, a democracia contém um dispositivo impreciso que atua automaticamente no sentido de acentuar a ambígua oposição ao processo de reprodução/acumulação de capital e, também, de combater as desigualdades acentuadas pelo sistema. O que corrobora com a dialética presente na literatura de ficção, que muito nos aproxima de uma representação da realidade que suprime a própria realidade e realiza, na distopia, a universalidade abstrata animal:

Sem querer, Orwell chega assim em sua parábola à conclusão implícita de que não é a troca sociológica do poder e de seus detentores que constitui a emancipação, e sim a superação da forma social, isto é, do sistema moderno produtor de mercadorias, comum às classes sociais. Com isso transparece até mesmo que o "trabalho" abstrato não é um princípio ontológico e menos ainda um princípio de emancipação, mas, pelo contrário, o princípio do poder repressivo, que submete os animais ao fim em si mesmo irracional do "produzir por amor de produzir" (...) Se nós lermos as parábolas orwellianas um pouco a contrapelo, poderemos nos reconhecer a nós mesmos como os prisioneiros de um sistema amadurecido, cujo totalitarismo faz "A Revolução dos Bichos" e "1984" parecerem quase inocentes (Kurz, 2003).

Para determinar esse dispositivo em favor do socialismo e impedir o fortalecimento da falácia democrática, as relações entre política e economia devem ser reforçadas e engendrar debates profícuos sobre o fetiche e o valor. A Economia Política, como ciência e produção crítica, ocupa espaço para

⁷ No momento em que escrevemos, as representações de centro-direita estão a cooptar "cegos seguidores" nos principais países europeus, sem olvidar, de um "ressurgimento" de paladinos contra a corrupção na América Latina e Caribe. O Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL), em 2018, está na vanguarda deste movimento *vintage* de empobrecimento político e desqualificação dos precedentes históricos que caracterizam os movimentos totalitários.

compreender e auxiliar nos processos de diminuição da pobreza (em pleno século XXI, o discurso proferido pela Organização das Nações Unidas sobre objetivos de sustentabilidade versa sobre erradicação da pobreza⁸). Conforme já elencado anteriormente, a análise e busca por explicações sobre o sistema capitalista e seus impactos sociais, ambientais, humanos são contraproducentes sem atentar para o fenômeno da universalidade abstrata da forma mercadoria.

Por conseguinte, vale recuperar os pressupostos do Manifesto Comunista de 1848, onde Marx discorre sobre a necessária conscientização e educação política da classe operária como motores indispensáveis para a revolução real e acentuar o desenvolvimento da teoria revolucionária ulterior para além da falácia social democrata em consonância com a lógica monetária.

Em outras palavras, para revolucionar é necessário, antes de qualquer coisa, sugere o consagrado escritor norte-americano Henry Thoreau, transformar as instituições políticas vigentes e pregar a "desobediência civil" em favor de uma forma de governo real, não ideal e utópica, que faça luz para construção de um

Estado que abrigasse essa espécie de fruto, aceitando-lhe a queda mal amadurecesse, e abrindo caminho para outro ainda mais perfeito e glorioso, que também imaginei, mas ainda não vi em parte alguma. (...) Nunca haverá um Estado realmente livre e esclarecido até que este reconheça o indivíduo como o poder superior e independente, do qual deriva todo o seu próprio poder e autoridade, e o trate de acordo com isso. Apraz-me imaginar um Estado que por fim pode se permitir ser justo para com todos os homens, e tratar o indivíduo com o respeito que lhe merece um vizinho; que até não julgaria incompatível com seu próprio sossego se uns poucos sujeitos fossem viver à parte, não se imiscuindo com ele, não abarcados, mas cumprindo todos os

⁸ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2015) são compostos por dezessete objetivos. Foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), agenda anterior estabelecida pela ONU e contemplam a base do discurso sobre Direitos Humanos, portanto, são integrados e indivisíveis.

deveres de vizinhos e companheiros (Thoreau, 2001: 345-6).

Sob influência da teoria da crítica do valor, repensar a política, não mais como um mecanismo de regulação e mediação das relações sociais de produção, mas como uma motivação fundamental do pensamento voltada para compreensão e suplantar das questões sociais (desigualdades) à luz da liberdade, do criar o novo na esfera pública (em alteridade com o espaço privado do poder).

A política encontra-se reduzida ao papel indispensável, mas subordinado, que é estruturalmente o seu na sociedade da mercadoria, ainda que, durante boa parte do século XX, as necessidades ligadas à fase ascendente dessa sociedade (superação das formas pré-capitalistas, integração de toda a população na lógica da mercadoria) tenham feito parecer mais importante o papel da política (Jappe, 2014: 28-29).

O repensar da política é uma necessidade emergencial. O reconhecimento de todos os sujeitos à revolução, reiterando o aludido em Thoreau, não pode ser confundido (apenas) como o recrudescer da organização democrática desta mesma política, mas da superação deste hiato entre o passado e o futuro que demarca a pobreza da nossa compreensão do “pretérito mais que presente”. Pois, entre a aporia revolucionária e a *poíesis* reformista encontra-se a verdade no pensamento:

O pensamento não começa num ponto zero, excepto no caso de extremamente ignorantes e, “na verdade”, nem sequer no caso destes. Encontra-se sempre algo já pensado juntamente com as pretensões de validade intentadas (...). No entanto, estas pretensões de validade nunca são incontestáveis. Não existe um processo de pura descoberta da verdade que se tenha desenvolvido em perfeito sossego com critérios seguros, pelo contrário, os argumentos para a determinação conceptual e analítica são atravessados por pressupostos, condicionamentos e motivações mais ou menos conscientes, que por sua vez se tornam eles

próprios um problema da verdade à segunda potência, num metaplano (2001: 54).

Referências bibliográficas

AMIN, S. *Capitalism in the Age of Globalization*. Londres: Zed Books, 1997.

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: Ed. UnB, 2010.

BRAATHEN, Einar & DEAN, Hartley. *Antiglobalização e antiestatismo: Desafios emergentes ao papel do Estado na redução da pobreza*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, março de 2003. (Seminário Internacional O Papel do Estado na luta contra a pobreza).

BRAUNTHAL, Julius. *History of the Internationals*. New York: Westview Press, 1961.

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAPORASO, J. *The European Union and Forms of State: Westphalian, Regulatory or Post Modern? Journal of Common Market Studies*, 34, 2006. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-5965.1996.tb00559.x>

CAVALCANTI, V.R.S. & SILVA, A.C. Crise Global: Reflexões sobre a sociedade do espetáculo ao ritmo do capital. *Portuguese Studies Review*, 18 (2), 2011.

_____. Diálogos abertos e Teoria Crítica: por uma “aventura” emancipatória. *Revista Dialética*, v.6, nº 5, junho de 2015, p. 66-78. Disponível em http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2015/06/revista_dialetica_vol6.pdf Acesso em 15/01/2019.

_____. *Em tempos incertos e emergências sociais: Para uma crítica da ética, Instituições e Direitos Humanos no Brasil*. Anais do I Encontro sobre Sociologia do Direito e da Justiça. Coimbra: Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, janeiro de 2016.

CIMADAMORE, Alberto. *Ciências Sociais e pobreza: a busca de um enfoque integrado*. In: WERTHEIN, J. et al. *Pobreza e Desigualdade no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2003.

_____. DEAN, Hartley & SIQUEIRA, Jorge (Orgs.). *A Pobreza do Estado: Reconsiderando o Papel do Estado na Luta Contra a Pobreza Global*. São Paulo: CLACSO, 2006.

COLE, G. D. H. *Historia del pensamiento socialista*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1974.

DEUTSCHER, Isaac. *On Internationals and Internationalism. Marxism of our time*. London: Ramparts Press: 1972.

GALEANO, Eduardo. *Ni derechos, ni humanos*. Disponible en <http://amnistiacatalunya.org/edu/2/global/glob-galeano2.html> Acesso em 07/01/2019.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848/1875)*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2012.

_____. *Nações e nacionalismos*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013.

_____. Poverty. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: 1968.

_____. *Revolutionaries*. New York: New American Library, 1973.

_____. A falência da democracia. Folha de S. Paulo, 09 de Setembro de 2001 (Caderno Mais!). Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0909200105.htm>.

HUDIS, Peter (org.). *The complete works of Rosa Luxemburg*. London: Verso Books, 2013.

JAPPE, Anselm. *Uma conspiração permanente contra o mundo: reflexões sobre Guy Debord e os situacionistas*. Lisboa: Antígona, 2014.

KAUTSKY, Karl. *The class struggle*. New York: W. W. Norton, 1971.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor*. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. Parábolas do Meio-Irmão. Folha de São Paulo, 01 de junho de 2003 (Caderno Mais!). Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz128.htm>

KURZ, Robert. *Poder mundial e dinheiro mundial: crônicas do capitalismo em declínio*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

LOWY, Michael. *Aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *A contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. *El desafío y la carga del tiempo histórico: el socialismo en el siglo XXI*. Valencia: Vadell Hermanos/CLACSO, 2006.

MICHELS, Robert. *I partiti politic, studio sociologico delle tendenze oligarchiche nella democrazia moderna*. Bolonha: Il Mulino, 1965.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SCHOLZ, Roswitha & KURZ, Robert. *Poder Mundial e dinheiro mundial. Crônicas do capitalismo em declínio*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

STIGLITZ, Joseph E. Globalização produz países ricos com pessoas pobres. O Estado de São Paulo, 27/9/2006. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/174-noticias/noticias-2010/502919-globalizacao-produz-paises-ricos-com-pessoas-pobres-entrevista-com-joseph-stiglitz> Acesso em 15/01/2019.

THOREAU, Henry D. *A desobediência civil*. Walden ou a vida nos bosques. São Paulo: Aguariana, 2001.

WATERS, M. *Rosa Luxemburg speaks*. New York: Pathfinder Press, 1970.